

# Diário do Legislativo de 08/08/2007

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PPS-PSB-PTB-PSC-PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputado Ademir Lucas (PSDB), Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputado Célio Moreira (PSDB) e Deputado Neider Moreira (PPS)

### LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputado Ruy Muniz

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Adalclever Lopes

Vice-Líder: Deputado Gilberto Abramo

### LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

### LIDERANÇA DO PV:

Líder: Deputado Agostinho Patrús Filho

Vice-Líder: Deputado Rômulo Veneroso

### LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

### LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP) e Deputado Paulo Cesar (PDT)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio (PSDB)

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min.

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente  
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente  
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV  
Franco

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Chico BSD  
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD  
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente  
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente  
Magalhães

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

Deputado Wander BSD  
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputado Sebastião BSD  
Costa

Deputado Durval PT  
Ângelo

Deputado Doutor BSD  
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente  
Abramo

Deputado BSD  
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM  
Alves

Deputado Neider PP  
Moreira

Deputado Hely PV  
Tarquínio

Deputado PDT  
Sargento  
Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

Deputado Dimas PP  
Fabiano

Deputado Délio PV  
Malheiros

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BSD Presidente  
Brandão

Deputado Dimas PP Vice-Presidente  
Fabiano

Deputado Antônio BSD  
Genaro

Deputada Maria DEM  
Lúcia Mendonça

Deputada Rosângela PV  
Reis

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BSD  
Silva

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio PV Presidente  
Malheiros

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente

Pimenta

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente  
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente  
Tadeu Leite

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM  
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD  
Arantes

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente  
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente  
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD  
Maria Resende

Deputado Vanderley PP  
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD  
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Lafayette BSD  
Andrada de

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

Deputada Elisa PT  
Costa

Deputado Agostinho PV  
Filho Patrús

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD  
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV  
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente  
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente  
Avelar

Deputado Almir PT  
Paraca

Deputado Rômulo PV  
Veneroso

Deputado Wander BSD  
Borges

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Agostinho PV  
Patrús Filho

Deputado Deiró Marra BSD

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente  
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente  
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente  
João

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputado Antônio BSD  
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD  
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado                      BSD      Presidente  
Lafayette                      de  
Andrada

Deputado                      PV      Vice-Presidente  
Agostinho                      Patrús  
Filho

Deputada Gláucia      BSD  
Brandão

Deputado Gilberto      PMDB  
Abramo

Deputado                      PP  
Vanderlei  
Jangrossi

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite      BSD

Deputado                      Rômulo      PV  
Veneroso

Deputado Ademir Lucas      BSD

Deputado Antônio Júlio      PMDB

Deputado Dimas Fabiano      PP

## COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado                      Carlos      BSD      Presidente  
Mosconi

Deputado                      Hely      PV      Vice-Presidente  
Tarquínio

Deputado                      Ruy      DEM  
Muniz

Deputado                      Carlos      PDT  
Pimenta

Deputado                      Doutor      BSD  
Rinaldo

### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago      BSD

Deputada Rosângela PV  
Reis

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente  
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente  
Cesar

Deputado Délio PV  
Malheiros

Deputado Luiz PMDB  
Tadeu Leite

Deputado DEM  
Leonardo Moreira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Rômulo PV  
Veneroso

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

Deputado Jayro Lessa DEM

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente  
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente  
Costa

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD  
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM  
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente  
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente  
Araújo

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Djalma BSD  
Diniz

Deputado Gil PP  
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente  
Braz

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputado Zezé BSD  
Perrella

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD  
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

#### OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

#### SUMÁRIO

##### 1 - ORDENS DO DIA

###### 1.1 - Plenário

###### 1.2 - Comissões

##### 2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

###### 2.1 - Plenário

###### 2.2 - Comissões

##### 3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

##### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

##### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### 6 - ERRATA

#### ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 70ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 8/8/2007

##### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 72/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que estabelece condições para as instituições particulares de ensino fundamental, médio e superior do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 161/2007, do Deputado Dimas Fabiano, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 669/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto..

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.332/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Felisburgo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.354/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraúba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 8/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.324/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.270/2007, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 899/2007, do Deputado Almir Paraca; 902/2007, do Deputado Sávio Souza Cruz; 903/2007, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 8/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a atuação dos Municípios mineiros na execução dos programas PSF e Saúde em Casa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 8/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.280/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 426/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 8/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.286/2007, do Deputado Tiago Ulisses; e 1.311/2007, do Deputado Almir Paraca.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 347/2007, do Deputado Doutor Viana.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 14/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 346/2007, do Deputado Doutor Viana; e 538/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.295/2007, do Deputado Fábio Avelar.

Requerimento nº 906/2007, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Finalidade: debater a Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH -, que trata da obrigatoriedade da outorga para os poços artesianos perfurados e a serem perfurados, bem como das penalidades e multas para aqueles que não possuem a autorização de uso de água subterrânea através das outorgas.

Convidada: Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h30min do dia 8/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.221/2007, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.182/2007, do Governador do Estado; 135/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 587/2007, do Deputado Weliton Prado; 700/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 963/2007, do Deputado Célio Moreira; 970/2007, do Deputado Eros Biondini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 8/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 900/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15h30min do dia 8/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.155/2007, do Deputado Roberto Carvalho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 16 horas do dia 8/8/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 8/8/2007, destinadas, ambas, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 72/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que estabelece condições para as instituições particulares de ensino fundamental, médio e superior do Estado de Minas Gerais; 161/2007, do Deputado Dimas Fabiano, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que menciona; 669/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que menciona; 1.332/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Felisburgo o imóvel que especifica; e 1.354/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraúba o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 7 de agosto de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Fahim Sawan, Ivair Nogueira e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/8/2007, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se empossar o Presidente e se designar o relator.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2007.

Lafayette de Andrada, Vice-Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 104

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Antônio Júlio, Elmiro Nascimento e Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/8/2007, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 104, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 105

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Inácio Franco, Lafayette de Andrada, Luiz Humberto Carneiro e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/8/2007, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2007.

Antônio Júlio, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 105

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Inácio Franco, Lafayette de Andrada, Luiz Humberto Carneiro e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/8/2007, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único sobre o Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 105/2007, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2007.

Antônio Júlio, Presidente.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

"MENSAGEM Nº 81/2007\*

Belo Horizonte, 6 de agosto de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do inciso II do art. 70 da Constituição do Estado, decidi opor veto total à Proposição de Lei Complementar nº 105, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Ouvida a Advocacia-Geral do Estado assim se manifestou:

"Em relação ao art. 14, com efeito, há inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa. A criação e a alteração da organização e da divisão judiciárias, nos termos da alínea "d" do inciso II do art. 96 da Constituição Federal, é matéria de iniciativa do Poder Judiciário.

Por outro lado, a inovação proposta também não seria benéfica ao interesse público, haja vista a possibilidade de trabalharem, numa mesma comarca, magistrado e membro do Ministério Público com classificações funcionais institucionais de entrâncias diferentes. Não é da tradição da nossa legislação que haja grande disparidade de posições entre a magistratura e o *parquet* que perante ela atua.

A proposição acrescenta dispositivo ao art. 111 da Lei Complementar nº 34, de 1994, estatuinto que o Ministério Público fique impedido de fiscalizar as finanças e a contabilidade de pessoa jurídica de direito privado que não receba recurso público.

Ora, estabelece a Constituição Federal que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses

sociais e individuais indisponíveis e a propositura da ação penal pública. Os eventuais excessos, se e quando ocorrerem, são coibidos normalmente pelas vias judiciais ordinárias, além do que esta matéria pertence à competência legislativa da União, pelo que é inconstitucional.

A revogação do inciso VI do art. 67 da Lei Complementar nº 34, de 1994, retiraria a competência do Ministério Público de fazer recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública. Essa revogação atenta contra o inciso II do art. 129 da Constituição Federal e contra o art. 27 da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados. Também, o dispositivo é inconstitucional.

Em relação ao acréscimo do inciso XIII ao *caput* do art. 69 da Lei Complementar nº 34, de 1994, entendemos que matéria desta importância não deva ser tratada de modo específico para apenas um Estado da Federação. No momento atual da evolução da organização das instituições, principalmente após a Constituição de 1988, este tema tem sido objeto de debates e de diferentes propostas no Congresso Nacional. Pela sua relevância merece tratamento uniforme para todos os Estados, inclusive para a própria União, deve ser por isto mesmo objeto de deliberação em nível nacional, pelo que não se mostra oportuna e nem conveniente a proposta neste ponto específico. Merece, portanto, o veto por contrariar o interesse público.

A Proposição inclui também várias modificações na organização e no funcionamento do Ministério Público de modo a estabelecer melhor transparência e visibilidade das suas atribuições. Esses artigos, alguns deles recomendáveis, interferem em peculiaridades de seu funcionamento interno, não convindo, em princípio, que esta matéria fique enrijecida em lei complementar, pela sua própria natureza.

Convém que essas modificações sejam objeto de regulação e normatização pelos órgãos próprios do Ministério Público. Deve-se dar oportunidade ao *parquet*, a tempo e modo, de fazê-lo na medida da conveniência administrativa e das necessidades e demandas da própria administração e da sociedade. Deve-se vetar também por contrariedade ao interesse público.

Como decorrência dos vetos aos artigos acima convém ser vetados todos os demais dispositivos da proposição, por estarem no contexto ou serem considerados consequência dos dispositivos vetados, eis que, assim, contrariam também o interesse público.

Deve-se ter em mente ainda que não é da tradição legislativa brasileira que haja grandes diferenças de tratamento entre os membros do Ministério Público e da Magistratura, antes o contrário, pelas suas atribuições e finalidades a tendência histórica é de maior aproximação de tratamento. Pelo que não convém ao interesse público, por inoportuno e inconveniente, que estes dispositivos sejam convertidos em lei."

São estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a vetar integralmente a proposição em pauta, devolvendo-a, por necessário, ao elevado reexame dos senhores membros dessa egrégia Assembléia Legislativa.

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão Especial.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 82/2007\*

Belo Horizonte, 6 de agosto de 2007.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do inciso II do art. 70 da Constituição do Estado, decidi vetar totalmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, a Proposição de Lei nº 17.796, que acrescenta o art. 5º-A à Lei nº 15.432, de 3 de janeiro de 2005, que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas.

Ouvida a Loteria do Estado de Minas Gerais assim se manifestou:

Razões do Veto:

"O § 2º do art. 32 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a exploração de loterias, determina que a soma das despesas administrativas de execução de todos os serviços de cada loteria estadual não poderá ultrapassar de 5% da receita bruta dos planos executados. Cada extração da Loteria Mineira conta com 100.000 (cem mil) bilhetes. Assim, se as fotos forem disponibilizadas em cada um dos bilhetes, certamente gerarão um custo adicional extremamente alto, situação que desrespeitará o disposto no § 2º do art. 32 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967.

Oportuno lembrar que a Loteria Mineira já contribui à sociedade no auxílio do reencontro de pessoas desaparecidas. Apóia a Campanha "Volta", amplamente veiculada nos meios de comunicação, disponibilizando parte do espaço destinado à divulgação semanal das listas de resultados da loteria convencional, por meio de cartazes afixados nas agências lotéricas, constando fotos e informações de pessoas desaparecidas."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar a proposição em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos senhores membros da Assembléia Legislativa.

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão Especial.

\*- Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 83/2007\*

Belo Horizonte, 6 de agosto de 2007.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do inciso II do art. 70 da Constituição do Estado, decidi vetar totalmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, a Proposição de Lei nº 17.795, que acrescenta dispositivos ao art. 3º da Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios.

Ouvida a Secretaria de Estado de Fazenda assim se manifestou:

Razões do Veto:

"O Núcleo de Informações Municipais da Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais - NIM/SAIF - manifesta-se contrário à proposta de inserção dos §§ 3º e 4º ao art. 3º da Lei nº 13.803, de 27 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, ressaltando que:

Em relação ao § 3º o contribuinte de estabelecimento que se estenda pelos territórios de mais de um município não tem como mensurar as operações realizadas em cada um deles separadamente, como estabelece a proposição de lei.

Já em relação ao § 4º, as normas ali estabelecidas são inaplicáveis pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEF, tendo em vista que a SEF não apura o Valor Adicionado Fiscal - VAF - mas apenas consolida os dados fornecidos pelos contribuintes ou cumpre determinações em decisões judiciais."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar a proposição em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos senhores membros da Assembléia Legislativa.

Aécio Neves, Governador do Estado."

- À Comissão Especial.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

#### Comunicação

- O Sr. Presidente deu ciência ao Plenário, na 69ª Reunião Ordinária, realizada em 7/8/2007, da comunicação apresentada pelo Deputado Dimas Fabiano, informando que o PP abre mão de suas vagas, em favor do PMDB, na Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 105 (Ciente. Publique-se.).

#### Designação de Comissão

- O Sr. Presidente designou, na 69ª Reunião Ordinária, realizada em 7/8/2007, os membros da seguinte comissão especial: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 105, que altera a Lei Complementar nº 84, de 12/9/94, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Pelo PSD: efetivos - Deputados Luiz Humberto Carneiro e Lafayette de Andrada; suplentes - Deputados Fahim Sawan e João Leite; pelo PV: efetivo - Deputado Inácio Franco; suplente - Deputado Hely Tarquínio; pelo PDT: efetivo - Deputado Paulo Cesar; suplente - Deputado Carlos Pimenta; pelo PMDB: efetivo - Deputado Antônio Júlio; suplente - Deputado Adalcleber Lopes. Designo. Às Comissões.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.246/2007

#### Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

#### Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação à escola estadual localizada no Município de São João da Ponte.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma apresentada. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.246/2007 pretende dar o nome de Escola Estadual Professora Maria Beltrão de Almeida à escola estadual localizada na Rua Varzelândia, s/nº, Bairro Santo Antônio da Boa Vista, no Município de São João da Ponte.

Tal pretensão resulta de pedido formulado pelo colegiado da referida escola, o qual, em reunião realizada no dia 7/9/2006, homologou, pela unanimidade dos votos de seus membros, a indicação do nome da Professora Maria Beltrão de Almeida para denominar essa unidade de ensino.

Cabe destacar que a homenageada, exemplo de cidadã, prestou relevantes serviços à população de São João da Ponte. Como professora, colaborou com a formação de gerações de estudantes, neles deixando marcas de conhecimento e dignidade. Esteve sempre presente nos grupos de reflexões e estudos sobre educação, buscando aprimorar a qualidade do ensino.

Em reconhecimento ao seu trabalho, justa se torna a homenagem que lhe está sendo concedida.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.246/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2007.

Deiró Marra, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.267/2007

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

#### Relatório

De autoria do Deputado Walter Tosta, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Instituto Educacional Anjos de Deus, com sede no Município de Sabará.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.267/2007 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Educacional Anjos de Deus, com sede no Município de Sabará, que possui como finalidade permanente a defesa dos interesses de crianças e adolescentes, propiciando-lhes um ambiente propício à sua formação biopsíquica e social.

Para alcançar suas metas, presta-lhes atendimento nas áreas da educação, da saúde, da cultura, do esporte e do lazer; oferece cursos de qualificação profissional aos de idade mais avançada; promove sua integração com as respectivas famílias; firma convênios com a iniciativa privada e com entidades públicas para subsidiar suas iniciativas.

Dessa maneira, contribui para que seus assistidos assumam seu próprio desenvolvimento, ajudando-os, assim, a realizar suas plenas potencialidades físicas, intelectuais e sociais.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.267/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2007.

Deiró Marra, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.270/2007

Comissão de Administração Pública

#### Relatório

De autoria do Governador do Estado, a proposição em epígrafe tem por objetivo dar a denominação de Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida à sede da Promotoria de Justiça Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico do Estado de Minas Gerais, localizada no Município de Belo Horizonte.

O projeto foi considerado jurídico, constitucional e legal pela Comissão de Constituição e Justiça, tal como apresentado, e agora vem ao presente órgão colegiado a fim de ser apreciado conclusivamente, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.270/2007 tem por objetivo dar a denominação de Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida à sede da Promotoria de Justiça Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico do Estado de Minas Gerais, situada na Rua Timbiras, nº 2.941, no Município de Belo Horizonte.

Trata-se de proposta originada do Ministério Público do Estado, que tem por finalidade prestar homenagem à memória de Dom Luciano Mendes, que, à frente da Arquidiocese de Mariana, a primaz do Estado e a detentora de um dos maiores patrimônios culturais do País, por quase uma década, realizou um extraordinário trabalho em prol do patrimônio cultural brasileiro.

Nascido em 1930, no Rio de Janeiro, Dom Luciano tornou-se doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma, entrou para a Companhia de Jesus em 1947 e foi ordenado sacerdote em 1958. Foi eleito Arcebispo da Arquidiocese de Mariana em 1988, depois de ter exercido o bispado na Arquidiocese de São Paulo.

Teve importante atuação na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -, como Presidente, eleito em 1987 e 1991, e como Secretário-Geral por dois mandatos consecutivos, de 1979 a 1987, com participação destacada na III Conferência dos Bispos da América Latina, em Puebla. Em 1995, elegeu-se Vice-Presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano - Celam.

Foi autor de inúmeros artigos nos jornais "Folha de S.Paulo" e "O Tempo", e sua vida constituiu um exemplo para as pessoas, independentemente de sua fé.

Na perspectiva do concílio Vaticano II, trabalhou intensamente para organizar a Igreja de Mariana segundo o espírito conciliar, como uma igreja viva e renovada. Sobre o seu comando, a Arquidiocese recebeu forte impulso pastoral por meio de inúmeras realizações.

Em 2002, criou a Faculdade Arquidiocesana de Mariana - FAM -, implantando o Curso Superior de Filosofia, aberto à comunidade. Como desdobramento, a FAM lançou, em março de 2007, o Programa Arquidiocesano de Desenvolvimento - Proad-FAM - no intuito de estender a todos os 79 Municípios que constituem a arquidiocese primaz de Minas os benefícios de uma formação humanística voltada para a emancipação da pessoa e a conquista de sua cidadania plena.

A Dom Luciano se deve a reconstrução de pelo menos 14 igrejas na cidade de Mariana e nos distritos desse Município, além de outras em Ouro Preto, Ouro Branco e Catas Altas. Em sua luta pela defesa do interesse da sociedade, Dom Luciano obteve o apoio de empresários e governantes para a recuperação do Santuário do Carmo, consumido por um incêndio em 1999.

Em face dessas considerações, verifica-se que a proposição em análise constitui justa homenagem a Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, sacerdote iluminado e exemplo de cidadão, que, em vida, foi responsável pela proteção e preservação de parte do rico acervo cultural e turístico do Estado, notadamente dos monumentos religiosos pertencentes à sua arquidiocese.

#### Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.270/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2007.

André Quintão, relator.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

##### Discursos Proferidos em 2/8/2007

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembléia, com satisfação, quero-me manifestar mais uma vez na tribuna desta Casa a respeito de ações importantes e positivas que nosso Governador Aécio Neves tem feito na região, e também de problemas que continuam acontecendo, mesmo com as ações que visam a coibi-los. Quando o assunto é segurança, vemos que, em alguns lugares, se resolvem as questões e se avança, mas, em outros, continua havendo problemas, como foi o caso de Juruia e Nova Resende.

Nesta semana estive com o Secretário de Defesa Social, Dr. Maurício Campos, que nos atende muito bem e está sempre muito bem-informado, preocupado e com bons projetos; entretanto, a verdade é que o povo não pode esperar muito. Hoje as fazendas de nossa região estão sendo invadidas: as pessoas são feitas reféns, dão-se tiros, e, às vezes, cometem-se assassinatos. Na maioria dos casos, são profissionais que vêm do Estado de São Paulo, o que nos preocupa muito em Alpinópolis, Carmo do Rio Claro, Bom Jesus da Penha e Jacuí, aonde chegam com caminhões e roubam as casas, muitas vezes até durante o dia.

Espero que sejam atendidos nossos pedidos por mais agentes, como Detetives para a investigação e mais Delegados com ação efetiva, a fim de melhorarmos a área de segurança para o nosso povo.

Continuamos lutando na defesa do produtor rural. Houve aqui um debate em fevereiro, e as questões foram para Brasília, por meio do Deputado Carlos Melles, primeiro para o Ministro Walfrido dos Mares Guia e depois para o Ministro Reinhold Stephanes, com o apoio do Deputado Silas Brasileiro, hoje na Secretaria Executiva do Ministério. Temos avançado na área de grãos principalmente, mas precisamos de mais avanços no café.

O governo federal lançou o Pepro, com recursos do Funcafé, o que ajuda muito e traz algumas melhoras, porém isso ainda não é suficiente para ajudar na defesa do nosso produtor de café, que, neste ano, além dos custos elevadíssimos, teve uma safra muito baixa e uma grande descapitalização.

O produtor de leite hoje vive um momento bem melhor: o preço do leite subiu, e isso tem sido importante para ele começar a respirar; entretanto, o problema é o alto endividamento. As fazendas perderam sua capacidade produtiva, e, quando o preço melhora, nem sempre os produtores podem tirar proveito da situação. Esperamos que esse preço continue e ele possam respirar melhor.

Há ainda dois problemas que afligem o cidadão mineiro. Existem ações importantes do governo do Estado, pressionado muitas vezes pelo Ministério Público, como na questão dos ônibus que têm mais de 15 anos e já não podem transportar passageiros. Quando analisamos a questão do lado da lei e da qualidade cobrada pelo Ministério Público, assim como pelo governo do Estado, que sempre baseou sua administração na qualidade dos serviços, vemos que é um caso a repensar, pois muitas famílias, muitos donos de ônibus precisam trabalhar, como é o caso de muitos produtores que precisam do ônibus para transportar os bóias-frias e de pequenos empresários que precisam transportar estudantes, para os quais é necessário fazer um preço melhor, já que são de famílias de baixa renda e não têm condições de pagar mais. Estão todos num impasse, já que já não podem transportar seus passageiros a partir de ontem. A partir de hoje, quem transportar estará agindo de forma irregular, correndo o risco de seu veículo ser apreendido, deixando as pessoas sem transporte.

Precisamos que o governo do Estado, que sempre deu solução para grandes problemas que imaginávamos não terem solução, busque uma forma de solucionar o problema desses pequenos empresários, como, por exemplo, uma linha de crédito. Esses donos de ônibus muitas vezes só têm seu veículo para trabalhar, transportam alunos e passageiros para ganhar seu pão de cada dia. Às vezes pagam para trabalhar, em razão das condições das estradas, que depreciam cada vez mais os veículos. Talvez, juntos, possamos conseguir com o Governador recursos para que essas pessoas melhorem sua frota e continuem trabalhando, gerando emprego e transportando principalmente alunos e trabalhadores rurais.

Outro problema é a questão do transporte de aves dentro e fora do Estado, relativamente à sanidade do animal. Hoje, o que mais se discute e se preza é a confiabilidade do que é produzido no Brasil, para que possa continuar abrindo suas exportações. Analisando por esse lado, vemos a importância de se ter uma ação direcionada em defesa da sanidade animal. Mas, quando se vê que o pequeno produtor de aves, principalmente aquele homem da roça que no final de semana leva seu frango para vender na cidade ou para dar de presente a um amigo, essa ação poderá já não ser possível. Então, precisamos avaliar formas de buscar estratégias e o máximo de qualidade na sanidade de nossos

produtos, mas, ao mesmo tempo, formas de proteção ao pequeno produtor, ao agricultor familiar, àquela pessoa que tem uma pequena renda baseada na produção de aves.

Vamos falar também de coisas alegres, da MG-050, da PPP, projeto do governo no Estado, do Governador Aécio Neves, o primeiro do Brasil. A PPP da MG-050 inicia-se em Juatuba e vai até minha cidade, São Sebastião do Paraíso, divisa com São Paulo. Esse é um projeto que está sendo implantado de forma rápida, com qualidade. Aproveito para cumprimentar a empresa Equipav, que tem acertado na forma de ação. É verdade que de vez em quando nos preocupamos com alguns detalhes, com a falta de sinalização nas paradas, mas é uma questão de acerto que logo será corrigida. A verdade é que nossas estradas estão muito melhores. O Deputado Neider Moreira é testemunha disso. A estrada para Itaúna melhorou muito com a PPP da MG-050. Hoje é possível vermos estradas limpas nas laterais, recuperadas nos pontos críticos, nos buracos que nos pegavam de surpresa. Dessa forma, o governo do Estado cria um belo projeto. Fiquei feliz, ao ver que outras estradas mineiras, mais ou menos umas dez, serão incluídas no mesmo programa. Com isso o Governador Aécio Neves mostra sua capacidade de gestão, fazendo com que o usuário pague pelo que usa, mas um preço pequeno, pela qualidade do que vai utilizar, uma rodovia mais segura, mais rápida, proporcionando economia de combustível e do próprio automóvel.

Gostaria de fazer aqui também uma pequena reflexão a respeito do acidente com o avião da TAM em São Paulo, decorrente do excesso de vôos, dos aeroportos operando fora das normas, nem sempre assegurando o mais importante. Na verdade, isso é um problema sério, o Brasil precisa olhar isso com muita preocupação. Quando digo isso, refiro-me ao Governador Aécio Neves: quando reativou o Aeroporto de Confins, muitas pessoas não entenderam a importância desse ato. Agora fica claro que a decisão foi correta e que nosso Aeroporto de Confins poderá transformar-se em um grande centro de distribuição dos vôos do Brasil.

Fazer dali os pontos de chegada e de saída de vários vôos que seriam feitos em São Paulo, onde há grandes congestionamentos, e acontecem esses acidentes trágicos. Tenho a certeza de que o Governador saberá aproveitar o grande potencial do Aeroporto de Confins para atrair mais vôos, mais desenvolvimento e mais negócios para Minas, fazendo com que nós, mineiros, cada dia mais, entendamos a grande visão do Governador Aécio Neves. Muito obrigado.

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembléia. Desejo cumprimentar, no meu pronunciamento, os 660 atletas brasileiros que participaram dos Jogos Pan-Americanos realizados no Rio de Janeiro. Os jogos permitiram a integração dos 42 países participantes, mostraram inúmeras histórias de superação, tiveram o papel de melhorar a auto-estima do brasileiro e, infelizmente, serviram de anestésico às dores e à comoção nacional causada pelo acidente no Aeroporto de Congonhas, onde 200 brasileiros morreram inutilmente.

Neste último mês, constatamos tristemente e de forma traumática como o governo federal é um mau gestor público. Em meu próximo pronunciamento, quero tratar da questão da execução orçamentária do Estado de Minas Gerais, trazida pelo nobre colega Deputado André Quintão ontem, porque a má gestão do governo federal influencia, muitas vezes, a execução orçamentária do governo do Estado. Já tenho os números dos estruturadores, especialmente do estruturador da Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas. E demonstrarei a baixa execução do governo federal. Como Deputado Estadual, não me posso calar ante a má gestão do governo federal, porque ela influencia na vida dos mineiros.

Começamos pelos próprios Jogos Pan-Americanos, cuja estimativa de gastos feita pelo Comitê Olímpico Brasileiro, em 2002, quando da candidatura do Rio de Janeiro, era de R\$414.000.000,00, corrigidos pela inflação, a maioria dos recursos oriundos da iniciativa privada. No entanto, a realidade foi outra. Gastou-se nove vezes mais - R\$3.700.000.000,00 -, tudo pago pelo contribuinte e sem licitação. Só a reforma do Maracanã custou R\$294.000.000,00, R\$50.000.000,00 a mais do que a construção do estádio novo de Leipzig, usado na Copa do Mundo em 2006, na Alemanha.

Essa gestão é muito parecida com a da Prefeitura de Belo Horizonte. Os jornais trazem hoje a investigação do Ministério Público em relação a obra sem licitação, em que foi presenteada uma empreiteira, através de uma associação. Tudo denunciado pelo nobre Deputado Délio Malheiros. Hoje vemos, Deputado Délio Malheiros, o Ministério Público acompanhar como os recursos públicos têm sido mal utilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte, pelo Prefeito Fernando Pimentel.

Antes do recesso, eu havia denunciado aqui o 33º Termo Aditivo a um contrato considerado irregular pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, da limpeza da Lagoa da Pampulha. Já estamos no 33º Termo Aditivo de um contrato irregular, e agora vemos a Prefeitura, novamente, utilizar mal os recursos, e sem licitação.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado João Leite, o que V. Exa. diz, da tribuna, reflete a mais absoluta realidade da administração municipal. É uma administração perdulária, uma administração que não tem nenhum apego à Lei das Licitações.

Esse fato que V. Exa. traz a lume diz respeito ao repasse de mais de R\$36.000.000,00 para uma ONG, para a construção de um conjunto habitacional, ONG essa que cuidava de distribuir cobertores para os pobres. Há, nessa ONG, a presença de vários padres, que foram e estão sendo usados pela Prefeitura de Belo Horizonte para atingir seus objetivos escusos. A Prefeitura de Belo Horizonte repassou para uma ONG R\$36.000.000,00 para a construção de um conjunto habitacional. Essa ONG entregou o dinheiro para uma empresa de engenharia que financia o PT na Prefeitura; a empresa construiu o conjunto, mas não se sabe como essas casas foram distribuídas, quais critérios foram utilizados. Sabe-se que, nesse conjunto, estão instaladas muitas lideranças do partido que ocupa a Prefeitura de Belo Horizonte.

A Prefeitura repassa o dinheiro para uma ONG, sem licitação, Deputado João Leite, a qual contrata, então, essa empreiteira. Isso é uma forma de burlar, flagrantemente, a Lei das Licitações nesta cidade, uma forma de burlar o processo licitatório, que deve ter como princípio a universalidade daqueles que se interessam em participar do certame pelo menor preço e pela melhor qualidade. Não! Entrega-se o dinheiro para uma ONG, que contrata uma construtora. Depois essa construtora ressarcir parte do dinheiro na forma de financiamento de campanha do PT na Prefeitura de Belo Horizonte.

Para mim, e também para aqueles que são iniciantes do curso de Direito, isso se chama forma fraudulenta de burlar a Lei das Licitações. A Prefeitura acha tudo muito normal e usa uma instituição religiosa. Mas não só uma instituição religiosa, como também escolas sindicais são uma fonte de drenagem de recursos públicos para utilizar-se desses valores, para treinar militantes petistas, militantes partidários, militantes que depois vão servir ao partido com a utilização de recursos da administração pública municipal.

Isso não é razoável, Deputado, isso não é ético, isso não é legal. Até que enfim o jornal publicou. A revista "Veja" publicaria essa matéria, que foi abortada. Outros jornais publicariam essa matéria, que foi publicada no "Hoje em Dia", de uma página, mas todas as matérias foram abortadas. E agora a matéria saiu. Parabéns para a jornalista que a escreveu pela primeira vez, a Cláudia Rezende, e agora para esse outro jornalista que a reeditou, a qual foi muito bem redigida.

Então, que a Prefeitura dê as explicações, de por que repassar dinheiro, descoberto pelo Deputado que à época era Vereador, para uma ONG, mais de R\$30.000.000,00, sem licitação. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado João Leite\* - Obrigado, Deputado Délio Malheiros. V. Exa. traz ainda mais informações sobre essa situação lamentável.

Deputado, a matéria do jornal "Hoje em Dia" traz que o coordenador da associação afirma, para o jornal, que a contratação da HP Engenharia se deu sem concorrência pública, mas seguindo orientação da Prefeitura. Consta na matéria que a Prefeitura orientou que essa associação deveria procurar determinada empreiteira. E a explicação é que essa empreiteira conseguiria recursos da Caixa Econômica Federal. Então, é algo impressionante como o recurso do povo de Belo Horizonte está sendo mal utilizado pela Prefeitura.

Também nessa matéria, há uma manifestação do Vereador Antônio Pinheiro. V. Exa. veio para esta Casa contribuir para o povo de Minas Gerais, e lá permaneceu o Vereador Antônio Pinheiro, do PSDB, que está questionando o convênio. Ele diz justamente o que V. Exa. tinha dito, que associação não existe para construir casas, mas para cobrar do governo que cumpra as políticas sociais. E a Prefeitura de Belo Horizonte usou essa associação para burlar a Lei das Licitações. Segundo o Ministério Público, se uma associação receber mais de 50% de recurso público, deverá fazer licitação para usar o dinheiro. Mas não houve licitação. E, se não houver, os envolvidos estarão sujeitos a sanções de improbidade administrativa.

Esperamos que os recursos mal utilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte, pelo Prefeito Fernando Pimentel, retornem para os cofres do povo de Belo Horizonte.

A Prefeitura não pertence a ninguém, mas sim ao povo de Belo Horizonte, e os recursos não podem ser utilizados dessa maneira, sem licitação e com contratos aditivos reconhecidamente irregulares, conforme reconheceu o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Então, o fato de a Prefeitura de Belo Horizonte orientar uma associação a procurar uma empreiteira é demais.

Também gostaria de falar dos desacertos do governo federal em relação à segurança de vôos, os quais contribuíram para o recorde nacional de acidente aéreo. Nos últimos quatro anos, morreram 543 pessoas. Apesar da existência de uma curva ascendente nessa área, o dinheiro público foi desperdiçado numa aventura espacial, que custou R\$16.000.000,00. Este governo gastou dinheiro com o astronauta, e não temos dinheiro para a segurança dos vôos da população brasileira, não apenas em relação àqueles que voam, mas também àqueles que residem em lugares onde os aviões passam por cima de suas casas e de suas cabeças.

A negligência fica clara, ao se verificar que a execução orçamentária para o desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária, neste ano, foi apenas de 6,45% do Orçamento.

Será que isso não interessa a Minas Gerais? Será que um Deputado Estadual vai ficar calado vendo essa situação no País ou vendo o que a Prefeitura de Belo Horizonte está fazendo com o recurso público, e ainda vendo que não se executa o Orçamento federal para a segurança dos vôos no Brasil? Um Deputado Estadual não pode falar sobre isso? Não só pode, como deve.

Os que buscam as rodovias, fugindo do caos dos aeroportos, tiveram de conviver também com o aumento dos acidentes fatais, que cresceram 28% em relação ao mesmo período do ano passado, resultando em 237 mortes neste mês, nas rodovias federais no Estado de Minas Gerais. É a precariedade das estradas federais em Minas Gerais. Além disso, falta fiscalização e educação para o trânsito.

Definitivamente, planejamento e preocupação com infra-estrutura não são prioridades deste governo federal, e ainda temos de conviver com seus assessores fazendo gestos grosseiros e desrespeitosos ao povo brasileiro, sofrido, machucado e indignado com a sucumbência de sua infra-estrutura de transporte e de centenas de vidas, estas impossíveis de ser reparadas.

O caos aéreo que temos vivido neste ano é o resultado da incompetência dos administradores federais nos diversos níveis, que não sabem determinar prioridades, e da sujeição do Estado brasileiro aos "lobbies" das grandes empresas que maximizam seus lucros e não realizam adequadamente os serviços pelos quais foram contratadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna hoje para lamentar um fato muito negativo sobre a expectativa da região Nordeste de Minas Gerais, em face do veto oposto pelo Presidente da República ao projeto das Zonas de Processamento de Exportação.

Quando o Presidente esteve aqui, estivemos com ele no Palácio das Artes e ficamos muito satisfeitos, já que ele se comprometeu a sancionar o projeto de lei que cria as ZPEs no País, que são 17, beneficiando, é claro, a nossa Teófilo Otôni. E ele nos adiantou que vetaria alguns artigos, mas que, posteriormente, faria a medida provisória, regulamentando alguns itens dentro da nova realidade brasileira, em vista de que esse projeto estava há 11 anos no Congresso Nacional. Essa luta começou em 1988, da qual participaram o Deputado Luiz Leal, eu, como Deputado Federal, e, posteriormente, o Deputado Ademir Camilo.

Fizemos tudo que era possível, inclusive construímos a infra-estrutura básica da ZPE em Teófilo Otôni. Ela está pronta e aguardando, há nove anos, para trabalharmos, a fim de levar algum desenvolvimento para aquela região, uma das mais pobres do Estado de Minas.

O veto oposto pelo Presidente exacerbou o que estava combinado, acertado, delineado, para que tivéssemos a expectativa de implantação rápida da Zona de Processamento de Exportação de Teófilo Otôni.

Não está tudo perdido. A nossa fala hoje tem o objetivo de apelar ao Sr. Presidente da República para a realidade do mundo. O nosso Presidente Lula quer ser estadista, e, para tanto, a primeira coisa que tem a fazer é verificar o que ocorre no mundo.

Tivemos, no primeiro trimestre do ano de 2007, um crescimento da China de 11,5%, enquanto o Brasil está patinando nos 2,6%, 2,7% ou 2,8% de taxa de crescimento, causando a preocupação de todos nós em relação à geração dos empregos e à melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Falávamos a respeito desse assunto, porque, desde 1988, discutimos esse aspecto da realidade brasileira. Não teríamos condições de competir no mundo globalizado, numa economia internacionalizada, se não pudéssemos estabelecer no País algumas estruturas, especialmente nas zonas mais deprimidas, nas áreas mais pobres deste país, a fim de que elas pudessem integrar-se no Brasil como um todo, participando do seu processo de crescimento.

Lamentavelmente, a visão de estadista do Presidente está comprometida neste instante, em vista do veto oposto à ZPE. E por que está

comprometida? Se a China cresceu 11,5%, isso se deve, em parte, às 142 ZPEs instaladas nesse país na década de 1980, quando preconizávamos as instalações das ZPEs no Brasil.

Os Tigres Asiáticos, Hong Kong e Singapura, e até a Espanha, com a ZPE de Barcelona, tiveram um acréscimo no seu potencial de crescimento fantástico, exatamente em virtude das ZPEs.

A Rússia e a China, modelos fechados ainda na década de 1980, abriram a sua economia para o mundo por meio dessas ZPEs. A taxa de crescimento foi alterada substancialmente, gerando emprego, oportunidade de trabalho, melhoria da qualidade de vida e benefícios para a população.

Estamos tendo a sensação, hoje, de que o Presidente está acuado, sem saber como fazer para concluir o segundo mandato. Ele empaca no PAC; quando pára, as coisas param.

Não se trata aqui apenas de uma crítica a um ato do Presidente da República. Ao contrário, o meu partido dá suporte ao Presidente no Congresso Nacional. Temos torcido por que o Presidente acerte, afinal o Brasil precisa de um bom governo.

Boas iniciativas têm sido tomadas pelo Presidente da República, mas há de se lamentar a falta de visão de estadista, que é necessária num país grande como o Brasil, com um potencial fantástico para o crescimento, mas que não o explora.

À guisa de exercício, estávamos imaginando qual teria sido a preocupação do Presidente, da sua assessoria e dos seus Ministros nesse ato. Talvez seja não crescer muito, pois, se assim o for, faltarão estradas. Se crescer muito, faltarão ferrovias. Já estão faltando portos. Se crescer muito, não teremos aeroportos; se crescer muito, faltará combustível, gasolina; se crescer mais, haverá o "apagão" elétrico.

Isso ocorre, porque não se investiu em infra-estrutura nos primeiros quatro anos de governo, e agora se tenta fazer a aceleração. Mas as próprias entidades ligadas ao meio ambiente obliteram a ação do governo, controlado que sempre foi pelos aliados do Presidente da República. Nós ficamos nessa situação. Faremos um processo de aceleração do crescimento ou vamos empacar o crescimento? É PAC ou empaca? Minha preocupação é que o Presidente está perdendo uma oportunidade única de deflagrar um novo processo de desenvolvimento rápido no País. Mas, para tanto, é preciso reconhecer que os US\$100.000.000.000,00 que temos de reserva devem ser usados para resolver os problemas internos, e não o problema da dívida.

Desde que me entendo por gente, lidei com administração pública, desde a década de 70. Sabe-se muito bem que dívida de poder público não precisa ser paga, mas sim bem administrada e a custo baixo. Estamos com dinheiro sobrando lá fora, mas estamos pagando juros ao governo norte-americano, ao estocar dólares. Pagamos juros além da taxa Selic e recebemos juros em moeda forte a 4,5% ao ano. Onde vamos parar?

Não sou economista, mas basta uma visão global um pouco mais clara, para entender que este país tem tudo para crescer e se desenvolver. Mas sentimos que o governo federal está segurando para que não cresça. Se segurasse, pelo menos, o avião da TAM, que não conseguiu frear... Não conseguiu segurar o avião, porque, em vez de o Ministério Público estar investigando as coisas realmente importantes do País, está perseguindo Prefeitos.

Por que nunca ninguém ouviu falar em investigação da Polícia Federal nem da interferência do Ministério Público no setor aéreo? Uma crise dura dez meses e meio, mas ninguém viu o Ministério Público e a Polícia Federal apurarem as irregularidades no setor aéreo - as malandragens da Infraero, a roubalheira na construção de aeroportos, os desvios de recursos e de finalidades, a falta de planejamento. Será que viveremos, eternamente, em um país de improvisações?

Estamos em um momento ótimo da economia internacional. Vamos deixar passar este ótimo momento de crescimento global para nos integramos ao crescimento do Brasil? Exemplo prático e tranqüilo: "por que Minas consegue crescer o dobro do que cresce o Brasil?" Será que não despertaram para essa realidade? Será que pensam que deve estar ocorrendo alguma coisa estranha em Minas Gerais para crescer duas vezes mais no seu potencial do que o Brasil cresce, com todas as dificuldades que Minas tem? Com todas as dificuldades que qualquer Estado brasileiro tem hoje, haja vista que 57% de todo o dinheiro arrecadado no País vai para o caixa do Tesouro Nacional.

Essa é a nossa preocupação. Não se trata de uma crítica ao Presidente, mas de uma advertência. O Deputado João Leite acabou de dizer que não devemos preocupar-nos apenas com as coisas de Minas ou da nossa paróquia, da Paróquia da Imaculada Conceição de Teófilo Ottoni ou da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Poté. Precisamos preocupar-nos com o mundo globalizado. A economia se internacionalizou de tal forma, que já não há como voltar atrás. O que está acontecendo neste país?

Estranhem: tudo o que acontece no Brasil hoje começou com Fernando Collor de Mello. Todas as leis e projetos de internacionalização, abertura dos portos, tudo começou com Collor de Mello. Vem o Fernando Henrique e continua a implantação desse modelo de internacionalização, de trabalhar junto com o setor privado - não tendo o governo recursos -, fazer as concessões, as PPPs. Realisticamente, com o pé no chão, como fez o Itamar. Todos se esquecem de que temos moeda estável hoje graças ao Itamar Franco. Como Governador, ele não foi tão bom para mim, que era Prefeito. Mas foi graças a ele. E fica essa fantasia de que a estabilidade da moeda é um lucro deste governo.

Se olharmos bem, tirando fora os roubos do tempo do Collor; os possíveis roubos do tempo do Fernando Henrique; os roubos acelerados; o programa de aceleração do roubo no período Lula, porque o grande programa de aceleração do roubo foi neste governo; enfim, tirando fora tudo isso, veremos o que houve historicamente neste país.

Tudo começou com o Collor, com seus defeitos, mas ele pagou caro: cassamos 12 Deputados, o Presidente da Câmara e o seu mandato de Presidente, pois ele teve de renunciar na última hora, para que seu "impeachment" não fosse homologado definitivamente. Vejam, mesmo depois da renúncia, votamos assim mesmo.

De lá para cá, ninguém pagou muito pelos erros e pelos desacertos. Mas é preciso reconhecer que hoje o Brasil tem uma condição diferenciada dos demais países do mundo, um potencial fantástico de crescimento. Mas não há jeito de crescer, se não tivermos estradas, ferrovias, aeroportos, portos, e se não houver investimento pesado nas regiões deprimidas, como o Norte e o Nordeste de Minas, como o Nordeste brasileiro também.

Fora da demagogia, o Bolsa-Família é um grande instrumento social. Mas não é a solução para o problema da economia. Vamos ter eternamente milhões de pessoas vivendo de esmola? É isso que o brasileiro quer? Viver da esmola do Bolsa-Família. Bolsa-Família, diga-se de passagem, é uma herança das várias bolsas e dos vários programas criados no governo Fernando Henrique. Fala-se que ele foi criado neste governo, o que não é verdade. Repito: ele foi criado no governo Fernando Henrique. Esse instrumento deve e precisa ser passageiro. O que o povo quer e precisa é emprego, trabalho e melhoria de renda. Um salário mínimo aviltante de R\$380,00 é uma vergonha para o Brasil, mas se a economia não tiver condições de pagar mais, como fazer?

Sr. Presidente, hoje a minha preocupação não é apenas com o problema do tráfego aéreo, mas também com o "apagão" generalizado da infraestrutura brasileira. Preocupo-me com o "apagão" das estradas, das ferrovias, dos portos e do aéreo.

Por que me preocupo? Certamente em 2011 teremos o Aécio Neves na Presidência da República, se for candidato. Ele é que pegará o "pepino". Apagará tudo em 2011. Estão programando para que o País apague em 2011. O PAC, que resolveria o problema de infraestrutura brasileiro, dos portos, dos aeroportos e das rodovias, empacou.

Temos de advertir o Presidente da República. Ele fez um governo, ganhou o segundo, está nas graças do povo. Não adianta tentar demolir a reputação do Presidente Lula, pois ele faz linha direta com o povo. Ele passou por cima dos políticos, da imprensa, da mídia, dos setores organizados e fala diretamente com o povo. Ele é imbatível. Repito: não adianta tentar denegrir a reputação do Presidente da República. Ele nada tem a ver conosco. Não adianta a rebeldia da classe média, pois não é maioria. Mas é preciso discutirmos pelo menos um pouco mais seriamente a política nacional. E esta Assembléia de Minas tem responsabilidade, porque de Minas partiram todos os grandes movimentos de salvação do Brasil.

Portanto, neste momento, em que retomamos o segundo semestre de atuação, é preciso que discutamos não o sexo dos anjos nem a influência do galho seco na vida do macaco, mas comecemos a trabalhar e a pensar em coisas mais sérias: é preciso examinar a fundo este país, como deve ser feito num grêmio estudantil de uma escola rural ou nas reuniões das associações comunitárias.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o meu apelo é que marquemos o segundo semestre nesta Assembléia como um momento de deflagrar o debate profundo da situação nacional; que analisemos profundamente o que ocorre neste país, porque não nos podemos conformar com uma taxa de crescimento irrisória como a que temos e com toda a infraestrutura deste país arrebitada. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Casa, telespectadores da TV Assembléia e público que nos assiste das galerias, vimos, hoje, nesta tarde, usar os microfones e a nossa TV Assembléia para também nos manifestarmos relativamente à situação vergonhosa da aviação brasileira, desde o seu início, desde o primeiro acidente com a Gol, há quase um ano.

Até então parecia que vivíamos uma situação de normalidade. Ninguém sabia de nada embora tivéssemos problemas estruturais, de segurança nas pistas, de sobrecarga, de pistas escorregadias e de controladores que trabalhavam mais que deviam, controlando um número maior de vôos que o permitido, internacional e legalmente. Tudo isso acontecia e era encoberto, porque ninguém sabia de nada; todavia, a partir de um determinado momento, tudo se descortinou, e hoje vivemos essa fase negra da história da aviação brasileira.

Tudo isso traz um prejuízo imenso e incalculável em todos os sentidos, a saber: econômico, financeiro e empregatício. A crise afetou muito o setor de turismo do País, o que já é notório. Há um descrédito total na aviação brasileira. Essa é uma realidade.

Por toda essa história, é lamentável ouvirmos as manifestações havidas nessa trajetória por parte de membros do governo federal, que deveriam ter tido atitudes de responsabilidade e respeito para com o usuário da aviação civil brasileira. Assim agiam diante da situação dramática vivida pelos passageiros, que se deitavam irregularmente nos aeroportos, pela estafa e pelo cansaço, em razão do abuso das empresas aéreas, que vendiam passagens que não poderiam ser vendidas, já que sabiam que aqueles vôos não ocorreriam. As empresas vendiam passagens em número superior ao permitido, disso também tinham conhecimento. Posteriormente, desrespeitosamente, deixavam no chão o passageiro que havia pago pelo direito de voar. Não houve o menor respeito por esse passageiro, e sim uma grande irresponsabilidade.

Isso é lamentável, e temos de deixar aqui nossa manifestação de sentimento, de repulsa por tudo isso. Percebemos que as autoridades, que deveriam estar preocupadas, assim não estavam. Isso não era notório apenas nas ações dos dirigentes de órgãos, como a Aeronáutica, o Ministério da Defesa, o DAC e a Anac. Percebíamos uma superficialidade, uma irresponsabilidade em qualquer que fosse o órgão. Parecia que todos estavam vivendo em outro planeta, e não aqui, no Brasil, onde presenciavam tudo o que ocorria.

Infelizmente, tudo isso aconteceu. O povo brasileiro é um povo pacato. E um povo que aceita com facilidade essa situação pagou finalmente para ver - mas alguns pagaram para ver a morte chegar. Isso é lamentável.

A atitude da Ministra Marta Suplicy também foi lamentável, parecendo que não estava nem aí para a situação que o País estava vivendo, assim como a atitude do Marco Aurélio, que fazia gestos obscenos, mas que depois veio pedir desculpas, o que é muito fácil. Agora, para quem está ali esperando há horas, dias, noites, a fim de viajar para cumprir compromissos marcados, que tiveram de ser descumpridos e desfeitos, esses prejuízos e a dificuldade de o povo ter o seu direito ressarcido são muito grandes. Tudo é muito difícil. Se passaram por tudo isso, por situações previsíveis e possíveis de ser evitadas, imaginem se, depois do ocorrido, serão ressarcidos no seu prejuízo. O Procon e o Ministério Público têm-se manifestado, mas é muito difícil, principalmente em relação às vidas que se foram e que também jamais serão restituídas.

É lamentável que o nosso país tenha passado tanto tempo nessa situação difícil. Deixaram passar tempo de mais, para, então, começar a tomar alguma providência palpável, que realmente dê uma expectativa. Infelizmente ainda não temos a certeza, não podemos acreditar, mas já há a expectativa de que alguma coisa pode começar a ocorrer no caminho da solução do problema.

Sabemos, sim, que o povo tem sofrido e tem sido muito humilhado. Vamos mais além, pois há muita falta de respeito para com o usuário, principalmente o da aviação.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Caro Deputado Doutor Viana, quero enfatizar a relevância do pronunciamento de V. Exa. e da mobilização de todos nós, Deputados Estaduais. Tenho acompanhado o caso juntamente com o Deputado Miguel Martini, que está bem de perto, na CPI que investiga esse problema pelo qual o País tem passado.

Acompanhando as reuniões e as entrevistas, percebemos também que é o momento de nós, como bancada mineira no Congresso Nacional, nós, como integrantes da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, promovermos uma grande convocação, a fim de discutirmos a questão e termos nossa voz e postura diante de uma situação tão delicada e difícil. Por isso, até por exortação do próprio Deputado Federal Miguel Martini, apresentamos um requerimento à Comissão de Turismo da Casa, o qual também será apresentado à Comissão de Transporte e Obras Públicas, solicitando uma reunião especial no próximo dia 14/8/2000, às 14h30min, na qual estarão presentes a diretoria da Infraero, a gerência do Aeroporto de Confins, a Secretaria de Turismo e outras secretarias.

Neste aparte, que V. Exa. me concede, quero convocar todos os Deputados para estarmos juntos, no dia 14, discutindo Confins como opção, mas, muito mais que isso, discutindo realmente a importância e a seriedade do momento que estamos atravessando. Ao mesmo tempo, buscaremos soluções coerentes, responsáveis, que não sejam simplesmente vaidades oportunistas de partidos, mas soluções que Minas Gerais possa apresentar ao Brasil num momento em que ele tanto precisa.

Agradeço o aparte de V. Exa. e, mais uma vez, convido todos para, no dia 14, às 14h30min, participar dessa reunião conjunta das Comissões de Turismo e de Transporte, a fim de discutirmos esse problema e também Confins como opção.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o seu aparte, que foi muito valioso, mas a situação é lamentável, prezado Deputado Eros Biondini.

Em março de 2004, participei de algumas reuniões da Comissão Especial dos Aeroportos, que tinha o objetivo de estudar o retorno de vôos a Confins, que na época estava inoperante. Com a apresentação do relatório, feito com muita propriedade, empenho e dedicação por um grupo de Deputados - o relator foi o Deputado Fábio Avelar -, foram demonstradas as oportunidades que o aeroporto teria, principalmente na área da segurança. Imediatamente, o Governador instituiu um grupo para trabalhar na reabertura desse aeroporto. Sua visão foi acertada, foi uma visão de estadista.

O próprio Deputado Federal Miguel Martini, nosso grande amigo, que é controlador de vôo e conhece essa situação melhor que nós, foi muito feliz, ao afirmar que, com pouco dinheiro - não o valor absurdo necessário para a construção de mais um aeroporto -, cerca de R\$10.000.000,00, Confins poderia duplicar sua capacidade de passageiros por ano.

Chamamos a atenção para o fato de que, em 2004, um Brigadeiro participou de uma das reuniões e alertou-nos para essa situação dizendo que a Infraero agia erradamente, ao investir em "shoppings" dentro dos aeroportos, quando a segurança é que era fundamental. Isso está aqui. Fiz questão de pegar as notas taquigráficas das reuniões. O Brigadeiro-do-Ar Allemander Pereira Filho declarou as preocupações superficiais, pouco importantes, que a Infraero tinha, ao gastar dinheiro, em vez de investir em segurança ou em outros aspectos de maior relevância. Outras situações importantes deveriam ser revistas.

Tínhamos um recurso muito grande para ser investido no Aeroporto da Pampulha, que já estava sobrecarregado e corria risco de segurança - e ainda corre, mas de maneira bem menor, já que os vôos principais foram retirados de lá -, tendo em vista que há muitas casas no seu entorno. Para a maior segurança de todos os passageiros, temos hoje o Aeroporto Tancredo Neves e o de Goiânia, que também está sendo revisto e tem a possibilidade de ser aproveitado. Portanto, agora é preciso que o nosso Ministro Nelson Jobim veja com bons olhos o Aeroporto de Confins, não apenas aumentando o número de passageiros para o trânsito interno, mas também para o externo, porque são poucos os aeroportos do Brasil que possuem segurança de trafegabilidade como a sua.

Com uma visão extraordinária, o Governador constrói a Linha Verde, que já está em fase final, fazendo com que aquela dor de cabeça maior - a distância e o trânsito para o Aeroporto de Confins, que era problemático, tanto pela Antônio Carlos quanto pela Cristiano Machado - seja resolvida. O problema era sério, mas o Governador entregará essa obra às populações belo-horizontina, mineira e brasileira, fazendo com que a distância seja encurtada de forma extraordinária.

O que me fez vir à tribuna foi a falta de respeito, a antecipação dos fatos, se não bastasse a falta de informação, a falta de apoio aos familiares dos falecidos, a troca na identificação de cadáver. É preciso seriedade, pois o momento é muito difícil e exige muito mais dos setores responsáveis do que o que vem sendo feito. É nesse sentido que queremos cobrar providências.

Sabemos que problemas existem, mas essa superficialidade não pode continuar ocorrendo, tampouco podemos esperar um terceiro acidente para começar a tomar posição com maior seriedade.

Este Brasil tem de ser mudado. Conforme disse Charles de Gaulle, há 50 anos: precisamos ser sérios.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembléia, hoje a Comissão de Participação Popular aprovou um requerimento, de minha autoria, dirigido à Secretaria de Planejamento e Gestão, solicitando esclarecimentos, informações oficiais acerca da morosidade na execução orçamentária do conjunto dos programas estruturadores definidos no Plano Plurianual, previstos na Lei Orçamentária para o ano de 2007, especialmente aqueles que se encontram abaixo da média - que já é baixa -, de execução orçamentária até a data de 30/6/2007.

Esclarecerei essa questão para o telespectador que não está familiarizado com esse termo. O que é execução orçamentária? É exatamente a efetivação do Orçamento do Estado, a efetivação das ações do Estado, a efetivação das políticas públicas do Estado. A execução orçamentária é uma das referências para se medir a competência de um governo, a competência de gestão, e também para se medir a prioridade de um governo.

Estamos no mês de agosto, e o levantamento que apresentei nesta Casa diz respeito aos seis primeiros meses. Em tese, um governo que funciona bem deveria ter, no mínimo, 50% de execução orçamentária até o meio do ano, para que, no final do ano, não se acumulasse um volume muito grande para gastar e gastar mal. A fome não espera o final do ano. O atendimento à saúde não espera o final do ano. A educação não espera o final do ano.

Muitos defensores do governo afirmam que há até o fim do ano para gastar; todavia, a política pública não pode esperar o mês de dezembro. Gostaria de apresentar novamente esses dados: a execução média foi de apenas 24,17%. Vamos discutir, sim, a execução orçamentária federal, internacional, interplanetária. Não há problema algum. Mas quero saber o argumento, a justificativa para a execução de Minas, porque sou Deputado Estadual.

O programa Inclusão Digital, por exemplo, tem uma execução orçamentária de 1,28%. Podem dizer: "Não, mas é porque não veio o recurso do governo federal, do governo Lula". Pois bem. Nessa execução orçamentária do programa Inclusão Digital há a execução da parte que implica transferência de recurso, convênio, acordo ou ajuste de 1,53%; na parte do recurso ordinário, ou seja, do recurso do Estado, 0,01%. A previsão era de o governo do Estado gastar R\$6.865.000,00 com inclusão digital - recurso próprio, que não depende do Lula, do Ministro, enfim, de ninguém. Sabem quanto gastou? Gastou R\$524,00. Imagino que isso não seja culpa do Presidente Lula.

Estamos aqui apresentando uma solicitação oficial. Peço à Mesa - aliás, dentro da sensibilidade que sempre tem - expedir rapidamente esse documento, essa solicitação oficial ao governo do Estado, a fim de saber por que o Agrominas só tem 6,55% de execução; o programa Arranjos Produtivos Locais, 1,17%; o programa Inclusão Digital, já mencionado, 1,28%; e o programa Plataforma Logística da Região Metropolitana, 4,97%. E por aí vai.

Há vários projetos abaixo da média. Vejam bem. Entre os 33 projetos prioritários, programas estruturadores que há em Minas Gerais - aliás, não me refiro aqui ao conjunto das ações, mas sim às ações prioritárias aprovadas pela Assembléia -, 25 que têm execução orçamentária estão abaixo da média.

Solicito também oficialmente a execução orçamentária dos programas Energia Elétrica para o Noroeste Mineiro e Saneamento Básico e Saúde para Todos, executados pela Cemig e pela Copasa, cujos dados não estão disponíveis no Siafi, que é a fonte desses dados.

Sr. Presidente, dando conseqüência - aliás, temos de dar conseqüência às nossas atitudes -, queria dizer que ontem apresentei aqui o levantamento e hoje aprovei esse requerimento na Comissão de Participação Popular, porque o papel do Legislativo é fiscalizar o Poder Executivo. O Poder Legislativo se afirma, quando, em plenitude, realiza as suas atribuições.

Tenho aqui também a análise completa do Orçamento Criança. Sou coordenador da Frente Parlamentar da Criança da Assembléia e estou preocupado. No geral da execução, a média está razoável, até acima dessa média baixa dos estruturadores, ou seja, 43% - aliás, fundamentalmente naquelas ações de recurso vinculado da educação, pois, em outras áreas, a execução é preocupante.

Na semana próxima, se possível na terça, na quarta e na quinta, retornarei a esta tribuna para concluir esse levantamento. Gostaria de antecipar alguns dados. Estou preparando o da assistência social e da segurança alimentar. Por exemplo, modernização do atendimento a adolescente em conflito com a lei - 3,9% de execução orçamentária; ampliação do tempo escolar, jornada integral - 0,9%; alimentação escolar para o ensino médio, sem execução - aliás, sem execução é uma maneira elegante de dizer "execução zero", ou seja, 0% de execução; capacitação dos profissionais da educação infantil, sem execução, 0% de execução; transporte escolar, 25% - aliás, tinha de ser 50%. Não adianta gastar o recurso com transporte escolar em dezembro e o estudante do meio rural, a Prefeitura e os Prefeitos baterem às nossas portas a fim de cobrarem recursos do governo do Estado, para que garanta transporte escolar. Há Prefeito de Município pobre pagando transporte escolar de aluno da rede estadual.

Muitos discutem a questão do federalismo. Que federalismo é esse em que o Prefeito tem de pagar transporte de aluno da rede estadual? Construção, ampliação e reforma de prédio escolar, 10%; apoio aos conselhos tutelares, instrumentalização dos conselhos tutelares, sem execução, ou seja, execução zero; operacionalização das ações do Conselho Estadual da Criança, 8,5%; Família Acolhedora, 0% de execução orçamentária; enfrentamento ao abuso e à exploração sexual, 0% de execução orçamentária; Agente Jovem, 0% de execução orçamentária.

Disse somente os que estão aqui com 0% de execução. Há outros com 3%, 4%, 5% e 10%. Essa é uma informação grave. Quem me conhece sabe que não é do meu feito vir a esta tribuna fazer prejulgamento, antecipar uma avaliação crítica definitiva. Pelo contrário, queria ressaltar o esforço dos funcionários e de muitos gestores desses programas estruturadores, a seriedade da Seplag, do Vice-Governador Anastasia, do Subsecretário Tadeu Barreto, coordenador dos projetos estruturadores. Essas são pessoas sérias, dignas, que se empenham em fazer com que o Estado seja mais eficiente e mais competente.

Para não haver uma avaliação equivocada, precisamos das informações, precisamos saber o que está ocorrendo, principalmente nessas rubricas, nessas emendas que vêm da sociedade. A média de execução das emendas populares é de 12,89%. A área social está com uma baixa execução orçamentária; portanto, gostaria que a Mesa desse agilidade a esse requerimento aprovado e que o Estado, numa linha construtiva, apresentasse os seus argumentos. No que depender da Assembléia, seja no contato com outros órgãos, com o governo federal, seja na aprovação de alguma lei, de algum debate, de alguma audiência pública, vamos contribuir para que, melhorando a execução orçamentária, as metas também sejam atingidas, pois mais importante do que a execução orçamentária são as metas físicas, o atendimento direto ao cidadão.

Quando falamos em execução orçamentária zero no enfrentamento ao abuso e à exploração sexual, esse não é um dado técnico. É um dado que nos preocupa, porque essa área e a área de combate e erradicação do trabalho infantil devem ser consideradas prioridade absoluta na execução orçamentária.

Por fim, gostaria de discordar veementemente do Deputado de Teófilo Otôni, o qual prezo muito e que me antecedeu e ao Deputado Doutor Viana. Disse ele que o Bolsa-Família foi criado no governo Fernando Henrique. No governo de Fernando Henrique havia dois programas: o Vale-Gás, de R\$7,50, e o Bolsa-Escola, de R\$15,00. Hoje o Bolsa-Família atende a 11 milhões de famílias. Com o reajuste autorizado pelo Presidente, a família poderá receber até R\$112,00. É uma lei criada em 2003. O Deputado reclamou da morosidade do governo Lula. Hoje Teófilo Otôni possui uma universidade federal - aliás, com o meu curso, Serviço Social -, graças ao Presidente Lula, homem que não tem curso superior, mas que levou, com o apoio da Prefeita, nossa ex-Deputada Maria José, a universidade pública para os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Então, queria aqui dizer que a área social do governo Lula é exemplar. Onze milhões de famílias estão no Bolsa-Família - são recursos para matar a fome do povo brasileiro. O governo Lula investe de 6% a 7% na política de assistência social, enquanto Minas investe 0,2%. Queria que o Deputado, que aliás integra a base do governo Lula, pois é do PMDB, também discutisse não só a questão federal, mas também a estadual, voltada para os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e a região Norte. Bolsa-Família é construção do governo Lula, é direito de cidadania, é transferência de renda, tem condicionalidade, atende ao direito humano à alimentação.

Quero dizer que essa conquista do povo brasileiro ocorreu no governo Lula.

Evidentemente, o conjunto das políticas não se esgota no Bolsa-Família, mas essa é uma política muito importante. Na semana próxima, voltarei. Mas quero informações, não quero ouvir aqui dizer que a execução orçamentária está baixa por causa do governo Lula. Quero saber por que, de um Orçamento previsto para a inclusão digital de quase R\$7.000.000,00, o Estado gastou apenas R\$524,00. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, também aqueles que nos acompanham aqui na Casa do povo mineiro e pela TV Assembléia, quero, além de cumprimentá-los, não apenas trazer um contraponto, mas também enriquecer, dentro do que me for possível, o debate com o nobre Deputado André Quintão, primeiro destacando meu respeito e até, não tenho nenhuma dificuldade de dizer, minha comunhão de propósitos com ele. Temos, como afinidade, entre outras coisas, trabalhar juntos nesta Casa em algumas ações, como na Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, como estar sempre em audiências na Comissão de Participação Popular, brilhantemente dirigida pelo Deputado André Quintão. Em alguns momentos, até pela divergência que entendemos apropriado ser manifestada, construímos alguns avanços. É com esse propósito que quero debater com o Deputado André Quintão. Primeiro, para enfatizar o que já disse ontem e que é importante ser recapitulado hoje, que a aplicação orçamentária é algo que não obedece a uma sistemática cartesiana, a uma lógica matemática elementar em que se pode dividir o Orçamento em 12 meses do ano e dizer: se tenho uma previsão orçamentária de 120, 10 deverão ser aplicados, a cada mês. Essa realidade não se aplica ao orçamento público, porque ele se divide em rubricas que atendem não apenas às atividades do dia-a-dia, como a folha de pagamento, por exemplo. Esta se divide em 12 parcelas, obviamente considerando também o 13º salário e as demais obrigações trabalhistas, e fica fácil de ser analisada mês a mês.

Ao longo do ano, podemos fazer um balanço e verificar se o pagamento está em dia. Podemos ter a certeza de que o pagamento dos servidores públicos está em dia, não apenas pela constatação do dia-a-dia, na convivência com os servidores, mas pela observação dos números do Orçamento do Estado de Minas Gerais. Mas, quando vamos analisar uma obra, uma determinada ação pública, ela pode ter, e quase sempre tem, situações que fazem com que o Orçamento tenha uma diferença muito grande de aplicação do primeiro semestre para o segundo. Uma obra, por exemplo, prevista no Orçamento para um determinado ano não pode ter nenhum procedimento iniciado no ano anterior. Não se pode, por exemplo, abrir o edital de licitação. Não se pode pensar em propor um processo de licenciamento ambiental, temos de nos ater a uma questão de investimentos públicos em obras. Então, obviamente, num primeiro semestre, preparamos a execução dessas obras, tanto do ponto de vista administrativo, meramente burocrático, quanto do ponto de vista da logística que envolve os fornecedores, numa licitação, num licenciamento ambiental, e assim por diante. Isso vale para Minas Gerais, para o governo federal, para o Município. Por isso fiz ontem aquela referência, Deputado André Quintão. Se, por um lado, em Minas Gerais, V. Exa. pode, em alguma rubrica, verificar... Para quem nos está acompanhando, rubrica é aquela conta que diz: investimentos para atendimento a determinada demanda social, construir quadra poliesportiva nas escolas, reformar escolas públicas, investimento em preservação do meio ambiente, investimentos sociais em creches. São várias as ações do governo, cada uma prevista em uma rubrica, que é uma conta específica do Orçamento. Portanto o que eu disse ao Deputado André Quintão e a todos os que nos têm acompanhado nesta Casa é que, ontem mesmo, eu via na "Folha de S. Paulo" que o governo federal também, talvez até pelas dimensões de uma administração pública federal, tem uma execução orçamentária bem menor que a do governo de Minas em termos percentuais. A "Folha de S. Paulo" fazia referência ao fato de que o governo federal não estaria com a execução em média muito acima de 10%

de tudo que estava previsto.

Discorri, há pouco tempo, pontuando algumas rubricas, dizendo, por exemplo, que, no que diz respeito a políticas públicas de direitos humanos, é uma rubrica federal. Tirei isso no Siafi, no cadastro da internet da Fazenda Pública Federal, que dizia que as aplicações do Orçamento da União se limitavam a 0,02% do previsto; para a recuperação de estradas federais, algo pouco mais de 5%. Isso no mês de julho, há poucos dias, pois estamos no início de agosto. Para equipamentos e para os serviços de segurança de tráfego aéreo, pouco mais de 15%, também em julho.

Creio que o governo federal deverá saber explicar e deve usar essa mesma linha de raciocínio, porque ela tem uma lógica, não é uma questão de escamotear a verdade. O governo do Estado também tem essa lógica.

Aí é que vem a minha linha propositiva com o Deputado André Quintão. Aí não vai nenhuma posição de natureza partidária, se é Líder da Maioria ou da Oposição, se defende este ou aquele governo. Defendemos o povo mineiro e temos que estar unidos para que 100% do Orçamento seja cumprido e, principalmente, para que atenda aos interesses do povo mineiro. Até mesmo, Deputado André, que eventualmente seja modificado. Pode-se, eventualmente, identificar que uma rubrica tem um provisionamento superestimado e, por outro lado, outra está com um provisionamento subestimado, é mister que possamos, necessariamente, fazer uma mudança. A Casa do povo, a Assembléia, está aí para votar as mudanças, em que pese a tanto o governo federal quanto o estadual terem uma margem de um determinado percentual, que pode ser mudado por decreto.

O Deputado André Quintão fez uma referência relacionada com a aplicação de recursos na área da universalização digital. Não li nada do que me trouxeram. Quando chegava ao recinto - já estava na Casa -, vi o Deputado fazer esse comentário. Eu me lembrava de que, há poucos dias, estive com o Presidente do meu partido, Deputado Nárccio Rodrigues, que é hoje Vice-Presidente do Congresso. E eu lhe disse que tivemos, no passado, um programa de sucesso, com implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTs -, de universalização digital, que a Secretaria de Ciência e Tecnologia é que tomou a frente do programa e que eu sabia que era parceria do governo do Estado com o governo federal. E lhe perguntei por que, neste ano, o programa estava um pouco mais lento. Ele me disse que, infelizmente, nem o previsto do ano passado o governo federal havia pago. Havia uma emenda de bancada, para a universalização digital, e uma previsão do governo federal, para entrar com o volume substancial de alguns milhões de reais, que possibilitaria a implantação de vários CVTs, que nada mais são do que estruturas onde há não apenas equipamentos de informática, mas também professores, técnicos, incubadoras de empresas, treinamento, qualificação profissional, para que se tenha acesso à informática e, ao mesmo tempo, a capacidade de utilizá-la como instrumento de geração de emprego e renda. E ele me disse que, do ano passado, não veio o que estava previsto. Deste ano até agora, Deputado André, foi zero.

Não vamos discutir o Orçamento da União, mas vamos discuti-lo no que diz respeito à aplicação em Minas, que interessa a todos nós. Nesse sentido, compreendendo a sua preocupação, e de acordo com V. Exa., penso que é hora de nós e os demais colegas trabalharmos juntos nisso. Vamos trabalhar, para que o governo federal cumpra as emendas de bancada para Minas e para que venha o dinheiro previsto para a Secretaria de Ciência e Tecnologia promover a inclusão digital. Aí, vamos estar numa posição muito mais confortável para cobrar do governo do Estado que aplique o que está previsto vir do governo federal e que haja a contrapartida do governo mineiro.

É muito comum isso, fazer um Orçamento prevendo o que está sendo esperado de investimento público federal. O próprio Orçamento do Estado já traz previsto o ingresso de receitas provenientes de convênios. Mas, se o dinheiro não vem, não há como fazer aplicação. Esse é um aspecto que queria ponderar, e o outro é no campo das políticas públicas sociais.

V. Exa. fez uma manifestação de que o governo federal tem programas importantes, como o Bolsa-Família, que esses programas representam um volume expressivo de investimentos sociais e que é preciso que o governo de Minas faça programas também nessa linha, como se não os fizesse. Aí, preciso fazer aqui algumas considerações sobre algo que percebo a cada dia que ando por todo este nosso país. Vou dizer que sempre, na história deste país, sempre, encontramos miséria. Sempre. Infelizmente, Deputado André Quintão, continuamos encontrando muita miséria. E não podemos ter a ilusão de que vamos acabar com a miséria com programas apenas de doação, de uma cesta básica ou de um determinado recurso. E sei que V. Exa. não defende isso também, nem eu estou dizendo que não se deva fazer esse programa, até porque ele foi criado no governo do PSDB. V. Exa. sabe disso, não há como contestar, tínhamos o programa Bolsa-Escola, o programa Vale-Gás, o programa de suplementação alimentar para mães e para as famílias carentes. Isso acabou sendo reunido em um grande programa que teve uma ampliação de investimento. Aliás, às vezes eu via alguém fazer comentário muito ácido sobre o Senador Antônio Carlos Magalhães, mesmo diante quase que do seu esquife, no seu passamento. Eu interrompi a pessoa dizendo: "Olha, nunca fui fã ardoroso e admirador do ponto de vista das linhas político-ideológicas, mas é um cidadão brasileiro que cumpriu alguns papéis, por exemplo, por iniciativa do Senador Antônio Carlos Magalhães, criou-se o fundo que dá suporte aos programas de natureza social como o Bolsa-Família, esse fundo, a origem dos recursos, a preocupação de assegurar dinheiro". Pois não se fazem essas coisas sem dinheiro. Esse dinheiro vem de quem? Do povo brasileiro. Não vem do bolso de um Presidente generoso ou de um partido, vem do povo brasileiro. E para que se possa executar um programa, tem de haver uma previsão orçamentária, falávamos do Orçamento. E foi ele, que alguns às vezes costumam criticar de maneira ácida, que criou esse fundo, no governo ainda do Presidente Fernando Henrique, o qual ao ser aprovado, começou a dar suporte financeiro e orçamentário para vários programas, para o crescimento do Bolsa-Escola. Depois, no governo Lula, esses programas se reuniram no Bolsa-Família.

Faço essa consideração para dizer que é importante, mas não é a solução dos problemas do nosso país. Não é. E aí Minas Gerais dá um exemplo de alternativas. Quando o Governador Aécio Neves leva asfalto a todas as cidades mineiras, Presidente Bráulio Braz, ele faz um programa de investimento social como nunca foi feito na história de Minas Gerais. Eu nasci em uma cidade, São Tiago, a que não havia acesso por vias asfaltadas. Tenho muita honra de ser considerado e me considero também cidadão de Divinópolis, terra onde criei meus filhos, que fica ao lado de Pitangui, e aproveito para saudar os cidadãos de Pitangui aqui presentes, na pessoa do Vice-Prefeito Marcílio. Aliás, Divinópolis é filha de Pitangui. Pitangui é a sétima cidade de Minas Gerais, província de Pitangui, entre as sete primeiras cidades-vilas instituídas em Minas, deu origem a tantas outras, entre elas Itapecerica, que por sua vez deu origem a Divinópolis.

Nasci em São Tiago, Marcílio, e lá não tinha asfalto. Foi somente após o asfalto que a coisa mudou, mas eu me mudei antes mesmo de ver o asfalto. Eu e meus irmãos tivemos de sair de São Tiago. Somos de uma família de oito filhos, de pés no chão, sofrendo as dificuldades do interior. Ou nos mudávamos de lá ou talvez nem sobrevivêssemos.

Também é essa a vida de muitas outras pessoas que estão no interior sem acesso aos seus sonhos. Um ser humano sem sonho, sem possibilidade de melhorar de vida, sofre da pior inanição, Deputado Bráulio Braz, que é a inanição do espírito. De nada adianta levar cesta básica para ele se ele não puder sonhar com uma vida melhor. Mas que vida é essa?

Esse programa de levar asfalto a todas as cidades é um programa social, com sustento definitivo na vida de uma cidade, mas uma cidade não pode viver só de estar ligada ao asfalto, visto que hoje precisamos de mais agilidade.

Pela primeira vez em todo o Brasil, coube ao Governador Aécio Neves criar um programa para ligar pela internet e por telefone móvel todas as cidades mineiras. Não me venham falar que isso é muito simples ou que a tecnologia é muito fácil, se outros assim não o fizeram. Por que será que o Aécio é que está fazendo? Deve ser porque ele não está preocupado só com a Capital. Ele sabe que telefonia móvel, que telefone celular não é luxo, e sim necessidade e possibilidade de geração de emprego e renda.

Por que o governo de Minas, em parceria com o governo federal, está sendo o governo, entre todos os governos de Estados, que conseguiu fazer o maior volume de investimento e ligar o maior número de famílias no programa Luz para Todos?

O governo Aécio Neves, por meio de um trabalho fantástico da Cemig e também de outras empresas, como a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, já ligou 185 mil famílias na zona rural. Isso é investimento social.

Ao mesmo tempo, fomos o primeiro Estado ou um dos primeiros a assumir, com clareza, a disposição de participar plenamente da dura tarefa de implantação do Sistema Único de Assistência Social - Suas. Aliás, já existem inúmeros Centros de Referência da Assistência Social - Cras - instalados, mediante presença do governo do Estado, em parceria com o Município e com o governo federal. É claro que muito ainda tem de ser feito. É justamente nesse ponto que desejo voltar a destacar a minha proposição ao nobre Deputado André Quintão.

Gostaria de fazer esse destaque a Minas Gerais, por merecimento e também por questão de justiça.

O governo federal, ao fazer esse tipo de programa de distribuição de renda, está fazendo exatamente aquilo que é próprio de quem arrecada a maior parte dos impostos. O Imposto de Renda, por exemplo, fica nas mãos do governo federal. Então, é o governo federal que deve fazer isso. A redistribuição da renda é princípio constitucional. A verdade é que o governo do Estado tem feito uma política de parceria com os Municípios. Qual o Município mineiro, do PT ou do PSDB, que até agora não fez um convênio com o governo do Estado para melhorar algo na vida do seu cidadão? Todos fizeram.

Nessa linha e por entender que o Deputado André Quintão representa o que temos de melhor nesta Casa, numa linha extremamente atuante na área social, é que, antes de conceder-lhe aparte, desejo reiterar essa minha proposta sobre o Orçamento. Vamos trabalhar juntos. Eu, na qualidade de Líder da Maioria, não terei a menor dificuldade de ir, com V. Exa., até a Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, ao Secretário de Fazenda e ao Governador Aécio Neves, para que tenhamos, com clareza, que cada centavo na área social seja aplicado pelo governo de Minas. Ou seja, que cada centavo previsto para parcerias com Municípios seja aplicado. Aliás, existe uma boa perspectiva para os Municípios que receberam o Fundomaq, dada a igualmente boa notícia para os Prefeitos relativamente ao fato de podermos adequar esse projeto a algumas preocupações do governo federal, melhorando ainda mais a situação dos Municípios.

Então, que nós dois e também os demais colegas possamos fazer isso juntos. Vamos cobrar do governo federal para que ele aplique integralmente. Não devemos misturar o PAC ou outras coisas mais. Essa é uma preocupação minha.

O Deputado Domingos Sávio - Precisamos distribuir melhor esses impostos federais. Se V. Exa. me disser que o PAC chegará aos 853 Municípios mineiros, aí então seria uma distribuição justa dos impostos. Não podemos continuar na linha de que um Município consegue aprovar, mas outro não. O cidadão não tem culpa.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Nobre Deputado Domingos Sávio, primeiramente resalto que é sempre uma honra e um prazer debater com V. Exa.

Aqui é a Casa dos debates. V. Exa. expôs argumentos e, por isso, parabênzo V. Exa.

Acredito que, em relação a alguns projetos estruturadores, V. Exa. pode ter razão. É por esse motivo que fiz questão de dizer que o requerimento para a Secretária Renata Vilhena tem o objetivo de ouvir os argumentos do governo. Podemos ter, na área dos projetos estruturadores relacionados a obras, a intervenções físicas, processos de licitação, de licenciamento ambiental. Isso é compreensível.

Agora, algumas áreas geram preocupação. Por exemplo, na área da criança e do adolescente, programas vinculados à capacitação de conselheiros, à instrumentalização de Conselhos Tutelares, combate ao trabalho infantil, à violência e à exploração sexual, são ações permanentes. É essa distinção que gostaria de fazer com V. Exa.

Dei o exemplo do transporte escolar, por ser mais grave. Ele é, hoje, foco de muitas reclamações dos Prefeitos, que alegam que os recursos repassados pelo Estado não estão cobrindo o dispêndio com o transporte dos alunos da rede estadual. V. Exa. foi Prefeito, e sensível, por isso sabe que, na hora do atendimento, a Prefeitura não pode deixar no meio da estrada uma criança simplesmente por ser atendida numa escola estadual. Trata-se até de uma questão humanitária. Então, o Prefeito assume, atende, mas não tem o recurso. O transporte escolar está com uma execução de 25%. Essa é uma ação permanente, e não uma obra.

Faço essa ponderação exatamente no sentido da discussão que expus. Pode haver projeto que dependa de repasse federal. Há alguns, principalmente os vinculados ao Pró-MG e ao Pró-Acesso, que têm uma execução mais alta, e têm chegado os recursos federais. Com alguns outros podem estar ocorrendo problemas.

Quero dizer que V. Exa. entra de maneira adequada na questão. É esse o debate que quero fazer. Mais que isso, precisamos fazer esse esforço conjunto.

É fundamental que, no que depender da verba federal, a Assembléia esteja unida para requisitá-la. Antes de sermos do PT, do PSDB, de torcermos para o Cruzeiro ou para o Atlético, somos mineiros e representantes desse povo. Nessa condição de representantes do povo mineiro, independentemente de o Governador ser do PSDB e o Presidente ser do PT, precisamos unir esforços para trazer os recursos necessários. Nessa linha - justiça seja feita -, o Presidente Lula e o Governador Aécio Neves têm-se entendido bem. Não é por outro motivo que Minas Gerais está entre os Estados mais beneficiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento. Então, parabênzo V. Exa.

Estamos aqui para isso, sabendo - e V. Exa. também sabe - que muitas vezes a Assembléia ajuda o Governador a empurrar os gestores com mais velocidade. É natural, porque não é possível saber tudo. Tenho a certeza de que um Governador que tem um projeto maior que as fronteiras de Minas vai querer 100% de execução orçamentária em todos os programas, até porque isso é bom para o povo mineiro e para o bom desempenho do seu governo e dos projetos futuros. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sou eu que agradeço. O que V. Exa. disse só confirma o preâmbulo que fiz. Sinto-me muito à vontade para dizer da comunhão e do entendimento que tenho com V. Exa. no dia-a-dia nesta Casa. Respeito profundamente o seu trabalho, e sua preocupação a respeito do transporte escolar também é minha. Ao mesmo tempo, sinto alento ao ver que isso começou a ser tratado com seriedade e cuidado maior no governo Aécio Neves.

Iremos lá juntos. Se não for possível, manteremos contato para que, no mais tardar na próxima semana, estejamos na Secretaria de Educação, onde originam os convênios, a fim de verificar o andamento. É comum que haja. O período letivo começa em fevereiro, e os convênios começam a ser celebrados em março. Outra coisa comum e que foge ao controle do Estado é o fato de as Prefeituras não conseguirem organizar toda a sua documentação no primeiro semestre e terem dificuldade de celebrar os convênios.

Nada disso justifica que os investimentos não sejam feitos no transporte escolar. Se há 25%, e estamos no meio do ano, precisamos fazer esforço para que os 75% previstos, ou mais, sejam aplicados.

Quando falo que sinto alento a respeito do transporte escolar, esse dado não está aqui, mas guardo na memória alguns dados do governo do Estado de Minas Gerais. No primeiro ano do governo Aécio Neves, foram aplicados R\$5.000.000,00 em transporte escolar no Estado. Esse dado está muito claro na minha memória porque me lembro do Governador comemorando isso de forma justa, mas também dizendo que tinha consciência de que estávamos aquém do desejado. Fechamos o ano de 2006, ao término do primeiro mandato, com a cifra de aproximadamente R\$100.000.000,00 de investimentos em transporte escolar. Isso é algo extremamente expressivo. É um crescimento que nunca houve na história de Minas Gerais. No último ano do governo anterior, em um ano inteiro, foram investidos apenas R\$5.000.000,00; só no último ano do governo Aécio, foram investidos R\$96.000.000,00 precisamente.

Portanto, trata-se de algo que nos deixa extremamente felizes. Senti o problema na pele quando era criança e precisava ir a pé para a escola por uma distância expressiva. Vejo aqui o grande líder de São João del-Rei, Zezito, ex-Presidente da Associação Comercial de São João del-Rei. Ele me entende quando falo do meu carinho por São Tiago, onde andei a pé para ir à escola.

Deputado André Quintão, precisamos trabalhar juntos nessas questões sociais e da educação. Temos uma postura crítica em relação aos governos estadual e federal, mas, no caso específico de Minas, fico muito à vontade; e vejo, com frequência, V. Exa. reconhecer - percebo isso por meio do comentário que faz - que hoje o Brasil e Minas reconhecem na liderança de Aécio Neves uma reserva e uma esperança para o nosso país. Com todo o respeito ao Presidente Lula, que está fazendo seu trabalho da melhor maneira que pode.

Não comungo com a tese "Fora, Lula!". Quando faziam isso com o Fernando Henrique, no início do segundo mandato, doía-me não apenas por eu ser do PSDB, mas por ser um democrata, por entender que devemos respeito àquele que o povo escolheu, apesar de discordarmos.

Portanto respeito o Presidente Lula, quando faço minhas ponderações sobre o Orçamento, sobre o documento que me chegou. Ele mostra que cerca das trezentas e poucas rubricas que compõem o Orçamento da União, algo próximo de 5%, 19 rubricas, na verdade, quase 10%, foi zero de execução. Isso até o dia 10 de julho, data em que disse ter o documento em meu gabinete. Depois chegamos ao número de 40 rubricas, sendo 22 delas abaixo de 1%. Outras 49 rubricas estão abaixo de 10%, e assim por diante.

Isso ilustra o meu raciocínio. Não faço aqui uma crítica pontual ao governo federal. Não as lerei, mas certamente haverá algumas razões para isso. Mas nós, como homens que temos o dever não apenas de legislar mas também de representar e fiscalizar, devemos cobrar ações tanto do governo federal quanto do Estado e, mais que isso, devemos firmar parcerias.

Minas é exemplo de parceria. Hoje todo o Brasil fala que o governo Aécio Neves não trabalha com rancor, com revanchismo, faz um trabalho de parceria com as Prefeituras do PT e tem uma maravilhosa relação com o Prefeito Pimentel. Aliás, ontem estive com os dois no lançamento da maravilhosa exposição das obras de Niemeyer. Lá estavam o Prefeito Pimentel e o Governador Aécio Neves em mais uma parceria. Aqui, nesta Casa, reitero: quero ser parceiro de V. Exa., pois, para mim, V. Exa. é um Deputado que considero referência para todos nós, especialmente no campo social. Obrigado, Sr. Presidente e todos os que nos acompanharam.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 6/8/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado João Leite

exonerando, a partir de 6/8/07, Antônio Ribeiro Pais do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada

exonerando Cid de Oliva Botelho Júnior do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

exonerando Júlio César Dolabela Guimarães do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

nomeando Adriana Maria de Andrada Pacheco para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Júlio César Dolabela Guimarães para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira

exonerando Walsenio Sales do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Joilson Batista de Andrade para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

exonerando Adalberto João Giani do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando Cícero Reis Soares do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

exonerando Geraldo Evangelista Cordeiro do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Imaculada Chiarella do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas;

exonerando Júnior José Mendes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Leila Marilda Soares Nunes do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas;

exonerando Magna de Almeida Calixto do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas;

exonerando Marcella Melo Resende Feltran Portela Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando Maria Isabel Lelo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

exonerando Paulo Henrique Vilela Oliveira de Sá do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando Paulo Sérgio Braga Trindade do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando Renato Brito Oliveira do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando Rogério Brito Oliveira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando Waltuir José dos Santos do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando Washington Luiz Gomes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Adalberto João Giani para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Cícero Reis Soares para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Geraldo Evangelista Cordeiro para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Gléno Rocha dos Santos para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando José Inácio Junior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Leila Marilda Soares Nunes para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 4 horas;

nomeando Magna de Almeida Calixto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;

nomeando Marcella Melo Resende Feltran Portela Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Maria Isabel Lelo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

nomeando Paulo Henrique Vilela Oliveira de Sá para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Paulo Sérgio Braga Trindade para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Renato Brito Oliveira para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Rogério Brito Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Waltuir José dos Santos para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Washington Luiz Gomes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Zé Maia

exonerando Juliana Resende Capucci do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Axel Sorensen de Almeida Lima para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Daniel Mendonça Aloise para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97 e nos termos do Parecer nº 4.928/07, da Procuradoria-Geral, assinou ato reconhecendo e homologando o pedido de renúncia à aposentadoria formulado pelo servidor José Carlos Mendonça de Souza, matr. 6.668/0, a partir de 26/7/07.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2007

CONVITE Nº 4/2007

Em 7/8/2007, o Sr. Presidente e o Sr. 1º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decidem pela revogação do Convite nº 4/2007, que tem como objeto a contratação de empresa de engenharia para fornecimento e instalação de 14 condicionadores de ar tipo "split", incluindo materiais de instalação na ALMG, com base nas atas de nºs 37 e 39 da Comissão Permanente de Licitação, datadas de 2 e 6/8/2007, respectivamente.

Belo Horizonte, 7 de agosto de 2007.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

errata

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 7/8/2007, na pág. 31, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Durval Ângelo", onde se lê:

"Rejane Rizzuto Vieira, leia-se:

"Rejane Rizzuto Vieira Silva".